

Veja a repercussão com representantes do setor sobre a entrada de capital estrangeiro em hospitais e serviços de saúde

“Uma luta de 12 anos, que saiu através da medida provisória, mas já era para ter saído antes”, é assim que o presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), Francisco Balestrin, recebeu a notícia sobre a entrada de capital estrangeiro em serviços de saúde. O Saúde Business 365, conversou com o executivo sobre os impactos da [Lei 13.097](#), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff e divulgada nesta terça-feira (20) no Diário Oficial da União, que altera a Lei 8.080/1990 e “permite a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde”.

Balestrin explica que a aprovação “corrige a assimetria de direitos, pois até então, os planos de saúde podiam captar recursos para promover sua verticalização, enquanto os hospitais não podiam receber capital estrangeiro”. Esse foi o caso durante anos da operadora Amil, que abriu o capital do plano de saúde e assim fortaleceu a expansão de sua rede própria. Hoje a empresa pertence a gigante americana UnitedHealth e não tem mais capital negociado em bolsa.

O segundo ponto destacado pelo executivo, é o avanço para as instituições. “O Brasil se abre à modernidade, o hospital ganha mais processos de gestão, governança corporativa e conhecimento em tecnologia da informação, por exemplo”.

Na visão de Balestrin é preciso, no entanto, tomar alguns cuidados. O primeiro é que esses novos investidores devem saber das peculiaridades do setor de saúde, pois ele não pode ser tratado apenas como mais uma área de investimento como o varejo ou o consumo, por exemplo.

“A operação empresarial é igual, porém a operação técnica trata da vida humana. Quem vem, [os investidores] tem de entender que nem sempre o primado financeiro pode suplantar o primado técnico”, opina.

Jorge Pinheiro, presidente da Hapvida, operadora de planos de saúde com 3 milhões de beneficiários e com foco no Norte e Nordeste, disse ao Saúde Business 365 que é favorável a entrada do capital estrangeiro. “Não se pode limitar o investimento, pois o setor de saúde é um setor fundamental, o capital estrangeiro pode ajudar o setor a tornar mais competitivo”.

A liberação do capital externo abrange todos os tipos de instituições, inclusive Santas Casas e filantrópicos. O presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), Edson Rogatti, não acredita que a medida seja prejudicial, mas conta ter convocado uma reunião técnica com as federações para a próxima semana a fim de ter maior clareza sobre o tema.

Fonte: [Saúde Business](#), em 21.01.2015.